

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.677 - RS (2019/0244286-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : PEDRO ROTTINI
AGRAVANTE : VENERI ZENEVICH
ADVOGADOS : HUMBERTO LODI CHAVES - RS063524
TIAGO ALEXANDRE BELTRAME - RS066196
AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOÃO PAULO IBANEZ LEAL - RS012037
ANGELA IBANEZ LEAL - RS045060
MARTHA IBANEZ LEAL - RS035205
MICHELLE FRACCARO FETTER - RS068314

DECISÃO

Trata-se de agravo de PEDRO ROTTINI e OUTRO contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. IMPUGNAÇÃO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. APURAÇÃO DO VALOR DEVIDO. CRÉDITO CONCURSAL.

1. Aprovado o plano de recuperação judicial, todos os créditos cujo o fato gerador tenha se implementado antes do marco recuperacional, oriundos de títulos executivos judiciais e/ou extrajudiciais sob a responsabilidade da empresa recuperanda serão novados, ficando sujeitos às formas de pagamento estabelecidas no plano, inclusive no tocante aos encargos inicialmente previstos. Constitui, assim, título executivo judicial. Art. 59. Lei nº 11.101/2005.

2. O fato gerador a ser considerado como marco para a sujeição do crédito ao plano de recuperação judicial não depende de reconhecimento judicial, pressupondo a existência de um vínculo jurídico anterior entre as partes. Caso em que o defeito na execução do contrato de participação financeira firmado entre as partes na década de 1990 constitui o fato gerador do ajuizamento da demanda pelo Autor.

3. Realizada a Assembleia Geral de Credores, o juízo recuperacional estabeleceu trâmites distintos para o adimplemento dos créditos concursais e extraconcursais.

4. Em se tratando de crédito concursal, necessário observar as determinações constantes do plano de recuperação judicial homologado.

RECURSO PROVIDO. " "(e-STJ fl. 594)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 643/649)

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam violação dos arts. 49, 51, III, e 61 da Lei n. 11.101/2005, sustentando, em síntese, que os créditos decorrentes de sentenças judiciais com trânsito em julgado após o deferimento da recuperação judicial da recorrida são extraconcursais, portanto não se submete aos efeitos da novação do plano aprovado na Assembléia Geral de Credores (AGC).

Pleiteiam que seja afastada a obrigatoriedade de habilitação retardatária do seu crédito no plano de recuperação judicial, pois pretendem aguardar o encerramento da recuperação judicial para prosseguir com a execução individual do seu crédito, mediante a expropriação de patrimônio da empresa de telefonia, razão pela qual requer que seja liquidado o seu crédito, com atualização da condenação até a data do pagamento, e, posteriormente, quer a suspensão da presente demanda.

Invocaram dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões ao recurso especial (e-STJ fl. 740/755)

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de que o crédito em questão, decorrente de sentença judicial com trânsito em julgado após o deferimento da recuperação judicial da recorrida, é extraconcursais, portanto não se submete aos efeitos da novação do plano aprovado na Assembléia Geral de Credores (AGC), expressamente consignou o seguinte:

"A Lei nº 11.101/2005, que regulamenta os procedimentos de recuperação judicial e falências, prevê em seu artigo 59 que a aprovação do plano de recuperação judicial implica em novação das obrigações anteriores à data do pedido, condicionando devedor e credores aos seus termos.

Vale dizer que aprovado o plano de recuperação judicial apresentado, todos os créditos oriundos de títulos executivos judiciais e/ou extrajudiciais sob a responsabilidade da empresa recuperanda sofrem os efeitos da novação, ficando sujeitos às formas de pagamento estabelecidas no plano, inclusive no tocante aos encargos inicialmente previstos. Constitui, assim, um novo título executivo judicial.

(...)

No caso dos autos, o plano de recuperação judicial apresentado pela companhia Agravante e aprovado pela assembleia geral de credores na data de 19 de dezembro de 2017, por sua vez, previu expressamente a novação dos créditos, aduzindo ainda sobre a extinção das ações ajuizadas em desfavor da Brasil Telecom, e a forma de adimplemento das obrigações decorrentes das referidas demandas, senão vejamos 7 :

(...)

Pelo exposto, é possível concluir que nos casos em que o crédito é decorrente de ação judicial, o fato gerador à ser considerado como marco para a sujeição deste ao plano de recuperação judicial não depende de reconhecimento judicial, ou seja, pressupõe a existência de um vínculo jurídico anterior entre as partes.

No caso dos autos, o vínculo jurídico estabelecido entre as partes é preexistente ao pedido de recuperação judicial da companhia telefônica. Traduz-se no contrato de participação financeira firmado em 1990, e que apresentou defeito na sua execução, em razão da subscrição deficitária de ações, fato que gerou o ajuizamento da demanda pelo Autor.

Desta forma, em se tratando de fato gerador ocorrido em momento antecedente ao pedido de recuperação judicial, o crédito do Autor deve ser qualificado como concursal, sujeitando-se, assim, às determinações previstas pelo plano de recuperação judicial homologado.

(...)

Fixado o crédito Autoral como concursal, aos valores relativos ao crédito reconhecido em favor da parte Autora/Agravada, incidirão a correção monetária sobre os referidos valores até a data de 20 de junho de 2016.

Assim, é caso de dar provimento ao recurso para o fim de qualificar o crédito do Agravado como concursal, observando as determinações constantes do plano de recuperação judicial homologado." (e-STJ fl. 597/609) (grifei)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÃO AJUIZADA ANTES DO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO A SEUS EFEITOS. DECISÃO MANTIDA.

1. É permitido "ao relator julgar monocraticamente recurso

inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal (...)" (EDcl no REsp 1.269.844/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018). 2. "Tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora" (REsp n. 1.727.771/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1766612/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONDENAÇÃO ILÍQUIDA. SUJEIÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FATO GERADOR ANTERIOR À DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. PRECEDENTES. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA.

1. Controvérsia acerca da suspensão de execução provisória ('ex vi' do art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005) de crédito decorrente de sentença condenatória em demanda por complementação de ações, pendente de trânsito em julgado na fase de liquidação.

2. Precedentes desta Corte Superior, proferidos em demandas relativas a crédito trabalhista e de responsabilidade civil, no sentido de que a data do fato gerador da obrigação seria o marco temporal para a sujeição ou não do crédito à recuperação judicial, ainda que a liquidação venha a ocorrer em data posterior.

3. Caso concreto em que a pretensão de complementação de ações se enquadra na responsabilidade civil contratual, devendo-se, portanto, tomar como fato gerador o inadimplemento, ou seja, a subscrição de ações em número menor do que o devido, fato que ocorreu na década de 90, muito antes do pedido de recuperação judicial.

4. Sujeição do crédito ao plano de recuperação judicial no caso concreto, devendo-se suspender a execução provisória, como bem entendeu o juízo 'a quo'.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1793713/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 15/04/2019)

Quanto ao pleito dos recorrentes de que seja afastada a obrigatoriedade de habilitação retardatária do seu crédito no plano de recuperação judicial, pois pretendem aguardar o encerramento da recuperação judicial para prosseguir com a execução individual do seu crédito, razão pela qual desejam que seja liquidado o seu crédito, com atualização da condenação até a data do pagamento, e, posteriormente, a suspensão da presente demanda, a Corte de origem consignou:

"Ademais, no que tange à alegada omissão em relação à habilitação retardatária do crédito, melhor sorte não socorre ao Embargante.

A omissão capaz de desafiar o recurso de Embargos de Declaração é aquela que ignora pedido realizado pela parte ou se descortina pela parca fundamentação na decisão hostilizada. Esse não foi o caso. A insurgência do Embargante dá-se em face da faculdade de habilitação retardatária do crédito.

Gize-se que o objeto do recurso da companhia telefônica foi a classificação do crédito (fls. 05/18). Sob este aspecto, a delimitação recursal não incide sobre tal insurgência apresentada nos Embargos de Declaração." (e-STJ fl647).

Contudo, tal fundamento - inovação recursal - autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE N° 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula n° 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe

13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator